

COMEÇA A CPI

Renan Calheiros anuncia nomes dos 16 senadores e 16 deputados que vão compor a comissão de inquérito

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada pelo Congresso Nacional para investigar denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos deve ter hoje à tarde sua primeira reunião. Ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou os nomes dos 32 parlamentares (senadores e deputados) que vão compor a comissão. A instalação da CPI foi saudada no Plenário do Senado por líderes



da oposição. Para Arthur Virgílio, do PSDB, "venceu a tese de que a minoria pode instalar uma comissão parlamentar de inquérito". O líder do PFL, José Agripino, afirmou que a CPI "deve ser séria e aplicar remédios para coibir a corrupção no futuro". Senadores da base governista, como Maguito Vilela e Ideli Salvatti, criticaram a ação dos oposicionistas. Eduardo Suplicy elogiou as "palavras firmes" do presidente Lula no Fórum Global de Combate à Corrupção.

Páginas 3 a 5



Gerardo Magela

PROVIDÊNCIA Depois de anunciar nomes dos integrantes da CPI, Renan Calheiros fez um apelo para que os trabalhos se iniciem ainda hoje

Proposta nova lei para a pequena empresa

Incentivos à eficiência, com vantagens trabalhistas e tributárias, estão previstos no anteprojeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas apresentado ontem ao Congresso. Elaborada pelo Sebrae, a proposta foi entregue por um grupo de microempresários aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti.

Projeto reduz a burocracia

A redução da burocracia que onera os pequenos negócios foi apontada pelo senador Paulo Octávio como uma vantagem da proposta. Ele destacou também mudanças no enquadramento de empresas no Simples.

Página 6



VOTAÇÕES Plenário do Senado aprova projeto que cria vagas nas universidades privadas para alunos carentes

Aprovadas normas para o ProUni

Plenário acolhe também novo prazo para adequação ao Código Civil

O Senado aprovou normas para adesão de instituições de ensino superior ao Programa Universidade para Todos (ProUni). São concedidos benefícios fiscais em troca de vagas para

alunos carentes. O projeto, oriundo de medida provisória, cria, segundo Aloizio Mercadante, 400 mil vagas para alunos com renda familiar de até três salários mínimos. Já Heloísa Helena

disse que os recursos dariam para criar 1,5 milhão de vagas na universidade pública. Também foi aprovado novo prazo para adequação de empresas ao Código Civil.

Página 7



Gerardo Magela

APELO Pequenos empresários chegam ao Congresso para defender a proposta que simplifica vários procedimentos para as microempresas

César Borges questiona apoio ao Banco Santos

■ Empréstimos oficiais à instituição, diz senador, podem justificar uma comissão parlamentar de inquérito

O senador César Borges (PFL-BA) protestou ontem contra os financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Banco Santos, cuja liquidação foi decretada em maio pelo Banco Central. O parlamentar também criticou o sistema financeiro do país, afirmando que a população paga pelos lucros e pelos prejuízos.

– Os bancos nunca perdem,



PROVEITO César Borges também critica sistema financeiro, por lucrar com os maiores juros do mundo

mas a população perde sempre – frisou, observando que o setor lucra com as maiores taxas de juros do mundo.

Reportagem da revista *Época* citada por César Borges

registra que o desfalque no Banco Santos atingiu R\$ 2,3 bilhões, prejuízo que afetou, sobretudo, o setor público e fundos de pensão. O senador criticou a demora do Ministério da Fazenda em responder a pedido formulado por ele sobre o volume de recursos públicos aplicados naquela instituição. Há sete meses tramita no Senado requerimento do parlamentar com o mesmo objetivo. Para César Borges, o caso pode justificar uma comissão parlamentar de inquérito.

Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que o ex-presidente do BNDES Carlos Lessa acabou com a atenção privilegiada que o Banco Santos tinha na instituição.



SOLUÇÕES Aldo, Mercadante, Palocci, Renan e Suassuna conversam sobre medidas destinadas a acelerar crescimento econômico e combater corrupção

Renan debate agenda positiva com Palocci e Aldo Rebelo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na noite de ontem, na residência oficial, os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Coordenação Política, Aldo Rebelo, para conversar sobre uma agenda de mudanças para o Brasil. A idéia foi lançada por Renan na quinta-feira passada e prevê medidas de ordem institucional, econômica e social para acelerar o cresci-

mento econômico e combater a corrupção. Além dos ministros, participaram o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e o líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB).

À chegada, Suassuna disse que a reunião não tinha como objetivo desviar a atenção da opinião pública das denúncias de corrupção envolvendo autoridades.

Agenda

Pauta permanece trancada

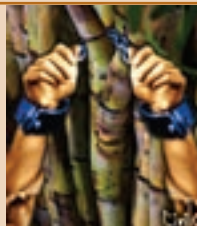
O Plenário, com sessão marcada para as 14h, permanece com a pauta trancada por projetos originados de medidas provisórias. O primeiro deles (PLV 10/05) cria a Superintendência Nacional

de Previdência Complementar, órgão gestor dos fundos de pensão. Algumas das MPs perdem a validade na próxima terça-feira, como alertou o líder do governo, Aloizio Mercadante.

CPI da Terra discute trabalho escravo

Às 10h, a CPI da Terra discute o trabalho escravo com a presença, entre outros, da representante da ONG Humanos Direitos, Letícia Sabatella; e da secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Ruth Beatriz Vilela. À

mesma hora, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota, entre outros, projeto que trata das empregadas domésticas (PLC 13/05); e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina indicações de embaixadores.



CPI dos Correios

Está prevista para hoje, às 16h, a abertura da CPI Mista dos Correios, que vai apurar denúncias de irregularidades em licitações e desvio de recursos no órgão. Às 9h, a Comissão Mista do Mercosul promove reunião.

Tramitação dos orçamentos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 10h para votar atas, avisos e mensagens. Às 11h, a comissão que examina mudanças na estrutura de tramitação dos orçamentos públicos continua a analisar o relatório do colegiado.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Maciel cobra ajuda para Pernambuco

Os estragos causados pelas recentes chuvas em Pernambuco, sobretudo na Região Metropolitana do Recife, na Zona da Mata e no agreste, foram abordados ontem pelo senador Marco Maciel (PFL-PE). Ele cobrou ajuda do Executivo para que os prejuízos sejam minimizados.

– O governo do estado tem a necessidade de receber recursos para reduzir os danos sociais e para restabelecer a economia pernambucana.

Marco Maciel destacou que há 30 mil desabrigados e 26 mortos, além de centenas de casas destruídas ou danificadas. Segundo ele, trechos de rodovias foram interditados devido a alagamentos, e boa



EMERGÊNCIA Segundo Maciel, as chuvas deixaram saldo de 26 mortes e 30 mil desabrigados em seu estado

parte da produção agrícola está perdida.

O parlamentar comparou o auxílio do governo federal para Pernambuco, durante as enchentes do ano 2000, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ao que foi anunciado agora. Maciel disse que o governo anterior teria liberado R\$ 82 milhões, enquanto o atual anunciou R\$ 500 mil, fora remédios que serão enviados ao estado.

Acordo pode acelerar votação da PEC Paralela

Acerto entre líderes partidários define pelo envio de requerimento de urgência para que a PEC Paralela seja votada até o fim do mês. O anúncio foi feito pelo senador Paulo Paim (PT-RS), confiante no avanço da tramitação da emenda à Constituição que minimiza efeitos da reforma da Previdência sobre servidores públicos.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA), confirma acordo e também confia na aprovação da urgência para votar proposta.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Pode ser instalada hoje a comissão parlamentar mista de inquérito que deverá investigar as denúncias de corrupção nos Correios. O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem os nomes dos senadores e deputados que vão compor a CPI



PAPEL Segundo Efraim, Senado deve ter participação ativa em uma CPI para apurar "mensalão"

Povo exige funcionamento da comissão, diz Efraim Morais

Efraim Morais (PFL-PB) elogiou o ultimato dado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para que os partidos fizessem as indicações, até o final da tarde de ontem, dos membros da CPI dos Correios. Para o senador, a CPI não pertence mais ao Senado nem à Câmara, porque "é uma exigência do povo brasileiro".

Efraim Morais disse não concordar que a CPI do "mensalão" seja restrita à Câmara. Segundo ele, as denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), de que o PT pagava uma quantia mensal a deputados federais do PP e do PL, envolvem membros do governo. Por isso, considera que o Senado deva ter uma participação ativa na apuração.

O senador sugeriu que, se agora os membros do governo desejam mais CPIs, deveriam indicar os membros da CPI para investigar as ações do ex-assessor parlamentar da Casa Civil Waldomiro Diniz, filmado enquanto pedia propina a um empresário. A CPI do Waldomiro, aprovada no Senado, não foi instalada porque os partidos de apoio ao governo não indicaram seus membros.

O senador deixou registrado nos Anais da Casa artigo de Clóvis Rossi, publicado ontem na *Folha de S. Paulo*, sob o título "Os bisonhos". O artigo afirma que a oposição ao governo Lula poderia tirar férias, já que os governistas se enterram com argumentos bisonhos e patéticos.

Renan anuncia nomes para CPI dos Correios

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, anunciou ontem os 32 parlamentares (16 senadores e 16 deputados) titulares e 32 suplentes que vão compor a comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) criada para investigar denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Renan teve que indicar os nomes dos deputados

do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Liberal (PL), mas no início da noite recebeu do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, as indicações oficiais de alguns partidos daquela Casa. No Senado, todos os líderes partidários indicaram seus representantes na CPI.

Renan explicou que a ins-

talação da CPI dos Correios agora depende da iniciativa dos membros indicados e fez um apelo aos líderes partidários para que isso ocorra hoje. Ele assinalou ainda que os indicados podem ser substituídos a qualquer momento pelos respectivos líderes e que a ocupação dos cargos de presidente e de relator pode ser decidida por acordo ou através do voto.



COMPROMISSO Renan diz que investigações preservam as instituições e a governabilidade

Recomendação para que a CPI seja instalada hoje

Em reunião com os líderes partidários, o presidente do Senado, Renan Calheiros, além de fixar o prazo para indicação dos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios para as 18h de ontem, recomendou que os líderes entrem em acordo para instalar hoje a CPI. Renan reafirmou o compromisso de fazer avançar as investigações para preservar as instituições e a governabilidade.

O presidente ressaltou que o recesso parlamentar de julho não interromperá as investigações. Segundo ele, mesmo que haja recesso, "a CPI funcionará ou as CPIs funcionarão".

Como presidente do Senado, Renan destacou que sua expectativa é a mesma da sociedade. Ele lembrou que, de acordo com pesquisas, 90% da sociedade quer a investigação e o esclarecimento sobre as denúncias de corrupção e assegurou que o Congresso dará essas respostas.

Caberá aos membros da CPI reunirem-se e elegerem o presidente. E caberá a este indicar o relator, segundo explicou Renan. Ele lembrou que o Regimento prevê que a escolha do presidente da CPI seja feita, em acordo com os líderes, pela proporcionalidade partidária ou do bloco. Nessa hipótese, a presidência seria de um deputado do PT e a relatoria caberia ao bloco integrado pelo PFL e PSDB do Senado.

Senado		
Bloco PFL/PSDB - Titulares Heráclito Fortes (PFL-PI) César Borges (PFL-BA) Demostenes Torres (PFL-GO) Sérgio Guerra (PSDB-PE) Alvaro Dias (PSDB-PR) Suplentes Efraim Morais (PFL-PB) José Jorge (PFL-PE) Romeu Tuma (PFL-SP) Leonel Pavan (PSDB-SC) Almeida Lima (PSDB-SE)	Maguito Vilela (GO) Ney Suassuna (PB) Suplentes Garibaldi Alves Filho (RN) Leomar Quintanilha (TO) Gerson Camata (ES) Valdir Raupp (RO)	Fátima Cleide (PT-RO) Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) PDT - Titular Jefferson Péres (AM) Suplente Juvêncio da Fonseca (MS)
PMDB - Titulares Luiz Otávio (PA) Wirlande da Luz (RR)	Bloco PT-PSB-PL-PPS - Titulares Delcídio Amaral (PT-MS) Ideli Salvatti (PT-SC) Tião Viana (PT-AC) Aelton Freitas (FL-MG) Suplentes Roberto Saturnino (PT-RJ) Sibá Machado (PT-AC)	PTB - Titular Fernando Bezerra (RN) Suplente Sérgio Zambiasi (RS) PSOL - Titular Heloisa Helena (AL) Suplente Geraldo Mesquita Júnior (AC)
Câmara dos Deputados		
PT - Titulares Carlos Ábicalli (MT) Jorge Bittar (RJ) Maurício Rands (PE) Suplentes Henrique Fontana (RS) José Eduardo Cardozo (SP) Jamil Murad (PCdoB, por cessão do PT)	Onyx Lorenzoni (RS) Suplentes Kátia Abreu (TO) Murilo Zauith (MS)	PL - Titular Sandro Mabel (GO) Suplente Inaldo Leitão (PB)
PMDB - Titulares Asdrúbal Bentes (PA) Osmar Serraglio (PA) Fernando Diniz (MG) Suplentes Wilson Santiago (PB) Aníbal Gomes (CE) (vago)	PSDB - Titulares Eduardo Paes (RJ) Gustavo Fruet (PR) Suplentes Alberto Goldman (SP) Carlos Sampaio (SP)	PTB - Titular José Múcio Monteiro (PE) Suplente (vago)
PFL - Titulares Antonio Carlos Magalhães Neto (BA)	PP - Titulares Nélio Dias (RN) Nelson Meurer (PR) Suplentes Benedito de Lira (AL) (vago)	PPS - Titular Denise Frossard (RJ) Suplente Geraldo Thadeu (MG)
		PDT - Titular Alvaro Dias (RN) Suplente Pompeo de Mattos (RS)

Dúvida sobre quem deve investigar "mensalão"

Os senadores discutiram ontem se as denúncias de Roberto Jefferson sobre o "mensalão" devem ser apuradas somente na Câmara, somente no Senado ou pelas duas Casas.

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou a indicação de todos os integrantes da CPI dos Correios e anunciou que os senadores de seu partido se reuniriam após a sessão para debater a questão.

A maioria dos integrantes do PT pretende criar CPI na Câmara, enquanto a maior parte dos senadores do PFL quer instalar uma no Senado. Alguns deputados, no entanto, sugeriram uma comissão mista. Dirigindo-se ao presidente do Senado, Renan Calheiros, Suplicy ressaltou que "seu conselho seria muito importante".

Renan destacou a necessidade de investigar tanto as de-

núncias envolvendo os Correios quanto as acusações de Roberto Jefferson. Ele afirmou, entretanto, achar "equivocado criar uma CPI somente no Senado, pois isso poderia prejudicar as relações com a Câmara".

Processo disciplinar

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara oficializou ontem a abertura de um processo disciplinar contra Roberto Jefferson.



Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio, "venceu a tese de que a minoria pode instalar uma comissão parlamentar de inquérito". Já o líder do PFL, José Agripino, sugere realização de seminário para analisar causas da corrupção e remédios para combatê-la

Arthur Virgílio afirma que CPI é vitória da sociedade

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que a sociedade é que irá se beneficiar com a instalação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Para ele, trata-se também de uma vitória da minoria parlamentar.

– Venceu a tese de que a minoria, constituindo um terço de uma Casa legislativa, pode instalar uma comissão parlamentar de inquérito. Venceu a sociedade – declarou.

O senador fez questão de explicitar aqueles que, segundo ele, são os objetivos do PSDB nesse processo: antes de mais nada, o partido quer ver a CPI instalada o mais rapidamente



OBJETIVOS Segundo Virgílio, o PSDB deseja que a comissão aponte caminhos novos para o país

possível. Também pretende colaborar para que as investigações apontem culpados e preservem inocentes, sem fazer “palanque eleitoral”. Além disso, o partido desejaria que a conclusão da comissão apontasse caminhos novos para a sociedade brasileira.

José Agripino propõe seminário sobre corrupção

O líder do PFL, José Agripino (RN), informou ontem ter proposto a realização de um seminário ao subsecretário da Organização das Nações Unidas (ONU), Antônio Maria Costa, que está participando do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção. O seminário, de acordo com o senador, deve envolver todos os partidos e analisar a corrupção no Brasil.

O senador discutiu a proposta com alguns deputados, entre eles José Carlos Aleluia e Alberto Goldman, e com

os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Jorge (PFL-PE). Antônio Costa, dirigente do Escritório da ONU contra Drogas e Crime, com sede em Viena e que visa combater os crimes de corrupção, foi recebido na liderança do PFL.

José Agripino entende que o seminário deverá analisar as causas, as conseqüências e os remédios contra a corrupção.

O senador elogiou a atitude do presidente do Senado, Renan Calheiros, na reunião de líderes ocorrida ontem, de es-

– Precisamos mergulhar a fundo nas causas estruturais da corrupção neste país, para não nos sentirmos mais cidadãos subdesenvolvidos. Temos um país de corrupção estrutural. Queremos a honestidade estrutural – reforçou.

Para Virgílio, a conjuntura mostra que o governo tem sido leniente e frágil, “terminando por desmascarar as verdades com que se defronta”. Ele salientou ainda que a reforma política é uma obrigação.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) comentou declaração do ministro das Cidades, Olívio Dutra, de que “o problema do governo são as más companhias”. Para o senador, as más companhias do governo estão dentro do próprio PT.



PARTICIPAÇÃO José Agripino sugere envolvimento de todos os partidos na análise da corrupção

tabelecer prazo, até as 18h, para a indicação dos integrantes da CPI dos Correios.

– A CPI deve ser séria e aplicar remédios para coibir a corrupção no futuro – avaliou o senador.

te nos Correios.

O requerimento que criou a CPI, lembrou o senador, permite que as investigações sejam ampliadas para qualquer estatal que esteja sendo alvo de denúncias de corrupção.

Bornhausen elogiou a postura do presidente do Senado sobre a indicação de nomes para a CPI. Ele reivindicou para a bancada da minoria no Senado (bloco PFL-PSDB) a relatoria e disse que a presidência deveria ficar com a maioria na Câmara, ou seja, com um deputado do PT.



ALCANCE Bornhausen adverte que CPI não deve se restringir à apuração de fatos nos Correios

de reescrever o texto do requerimento da CPI na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, focando as investigações exclusivamen-



ARGUMENTO "Aqui podemos investigar mais a fundo", observa Antonio Carlos Magalhães

ACM defende apuração a cargo do Senado

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu ontem a criação no Senado de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), que acusou o PT de pagar propina a deputados do PP e do PL.

– No Senado estamos mais isentos que os deputados, pois há sempre o corporativismo e a sensibilidade em relação aos colegas. Aqui podemos investigar mais a fundo – argumentou o parlamentar.

Antonio Carlos Magalhães cobrou a apuração de todas as denúncias publicadas pela imprensa nas últimas semanas,

citando aquelas que envolvem os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Disse ainda que, “se a Petrobras for aberta, os escândalos serão maiores”.

O parlamentar criticou a reação do presidente Lula às denúncias, dizendo que as demissões nos Correios e no IRB são insuficientes. No entanto, ele comemorou o fato de “a opinião pública estar incomodando o governo e fazendo-o expulsar os corruptos dos órgãos públicos”.

Antonio Carlos também enfatizou a discordância do PFL com relação à mudança na redação do requerimento que pede a criação da CPI dos Correios. O deputado Inaldo Leitão (PL-PB), que relata na Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania da Câmara o recurso que questiona a constitucionalidade da CPI, propôs que o inquérito se restrinja aos Correios e não se estenda a outras estatais.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) também manifestou sua discordância com relação à mudança no requerimento. Para ele, “a corrupção não mora só nos Correios”. O senador exigiu uma CPI que investigue “todos os pontos de corrupção existentes”.

Romeu Tuma elogia atuação da Polícia Federal

Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou o trabalho realizado pela Polícia Federal e ressaltou o papel da instituição no processo de consolidação da democracia no país.

– A Polícia Federal é um órgão que eu chefie e sou apaixonado por ela. Tem sido um exemplo de trabalho e dignidade – afirmou o senador.

As declarações de Romeu Tuma foram feitas a título de corrigir trecho de nota publicada pela Agência Senado na terça-feira, e também veiculada ontem pelo **Jornal do Senado**, no contexto da discussão, em Plenário, sobre a apuração das denúncias de corrupção em órgãos governamentais.

A frase “Tuma afirmou que o governo e a PF não podem lavar



RECONHECIMENTO Romeu Tuma observa que a PF “tem sido um exemplo de trabalho e dignidade”

as mãos frente aos fatos”, atribuída ao senador e que consta da referida matéria, é imprecisa. Na verdade, o senador, na ocasião, argumentou que a Polícia Federal tem a obrigação constitucional de abrir inquérito para apurar notícias de crime e, nesse sentido, não se submete a qualquer orientação contrária.

Quanto à expressão “lavar as mãos”, o senador Romeu Tuma explicou que se referia apenas ao governo.

Bornhausen quer investigar IRB e "mensalão"

Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse que o seu partido não abre mão dos termos nos quais foi criada a CPI para investigar denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

– A CPI é dos Correios, mas é também do Instituto de Resseguros do Brasil e do “mensalão” – afirmou, referindo-se às tentativas da bancada do governo



Ideli critica acirramento de ânimos e recomenda calma; Suplicy expressa satisfação com o fato de o PT no Senado concordar com CPI; Maguito repele ação de oportunistas; Jefferson teme desfecho da crise; deputados opositoristas querem apurar "mensalão"

"Muitos podem estar querendo o quanto pior melhor", afirma Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou, ontem, que "os ânimos estão muito acirrados" e que os senadores não estão demonstrando a calma e a tranquilidade que o cenário nacional exige neste momento.

– Muitos podem estar querendo apostar no "quanto pior, melhor". Alguns pronunciamentos me assustam pro-

fundamente. Este país tem a corrupção entranhada no aparelho de Estado e modificar isso não é tarefa para um único governo, nem para uma única geração – assinalou.

Ideli lembrou que está sendo realizado em Brasília o 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, acrescentando que o Brasil não foi escolhido para

sediar o evento por acaso, mas porque há um entendimento de que existe corrupção no país. Ela observou, no entanto, que a escolha do país como sede do fórum é também um reconhecimento do esforço que vem sendo feito pelo atual governo para mudar a estrutura estatal no combate a essa prática.

– O pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do evento foi condizente com a sua história de vida e com todas as ações que vem desencadeando contra a corrupção. Ele enfatizou que não haverá panos quentes, que vamos levar as investigações até as últimas consequências, até o fim – disse.



DETERMINAÇÃO Segundo Ideli, "Executivo investigará denúncias até as últimas consequências"

Jefferson diz temer os desdobramentos da crise

Ao comentar o atual momento político, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou, da tribuna, preocupação com os desdobramentos e o desfecho da crise que afeta o país. A seu ver, se há culpados pela crise, são o presidente Lula e o governo. Segundo disse, a oposição nada fez para desencadear essa situação.

O parlamentar informou ter assistido, ontem, ao discurso do presidente da República na abertura do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, que se encerra amanhã.

– Discurso veemente, o presidente falou de sua biografia, de seu compromisso de combate à corrupção, de cortar na própria carne. O discurso vem com atraso de dois anos e seis



AVALIAÇÃO Para Jefferson Péres, fala de Lula contra a corrupção veio com dois anos e meio de atraso

meses. O discurso deveria ter sido pronunciado em 1º de janeiro de 2003. Porque, depois de dois anos e meio, o discurso não corresponde, infelizmente, à prática – atacou.

Suplicy destaca ofensiva do governo contra a corrupção

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou, ontem, "as palavras firmes" do discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na solenidade de abertura do 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, em Brasília.

Ao ler, em Plenário, o pronunciamento de Lula, Suplicy destacou os trechos em que o presidente da República relata os feitos do governo no combate à corrupção, entre eles a contratação de novos servidores que atuam na segurança, o reaparelhamento da Polícia Federal, as mais de 7.500 auditorias realizadas pela Controla-

doria Geral da União em órgãos federais, as 70 apurações de casos de servidores públicos com sinais de riqueza incompatíveis com a renda declarada.

Suplicy expressou sua satisfação com o fato de a bancada do PT no Senado ter concordado com a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios e com a investigação das denúncias do deputado Roberto Jefferson de que deputados recebiam uma mesada para aprovar propostas do governo.

Ao se referir à denúncia, mais uma vez, o senador repetiu

Jefferson observou que a oposição não está gritando "fora Lula" nem pedindo o *impeachment* do presidente da República, mas sim "estupefata, como todo o povo brasileiro", e pedindo a apuração das denúncias de corrupção. Na sua opinião, Lula escolheu mal as companhias e não teve cuidado em selecionar a base de apoio do governo.

– O Brasil está precisando de um estadista, um estadista não persegue adversários e não protege amigos que cometem desvios. Estadista só tem compromisso com o interesse público. O presidente Lula ainda pode se tornar um estadista, quem sabe. Não tenho muita esperança, mas faço votos – assinalou.



DETERMINAÇÃO Eduardo Suplicy elogia pronunciamento de Lula na abertura de fórum em Brasília

palavras de Lula, segundo as quais "o Congresso não pode estar sujeito a compra". Suplicy manifestou a crença de que a CPI fará um trabalho sério e equilibrado, sem paralisar os atos do Congresso.

Partidos buscam assinaturas para CPI do Mensalão

As lideranças do PDT, PPS e PV na Câmara e deputados das três bancadas colheram assinaturas na tarde de ontem para criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) destinada a criar a CPI do Mensalão. O objetivo é apurar o suposto pagamento a deputados do PL e do PP para que votassem a favor de projetos do governo, segundo denúncia do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

O vice-líder do PPS, deputado Raul Jungmann (PE), disse que a coleta de assinaturas já iniciava com o apoio de 70 deputados e 11 senadores. Até o fim desta semana, previu o parlamentar, já haverá número suficiente de assinaturas para que a CPI seja criada.

– A CPI dos Correios vai apurar tudo o que for preciso; o que não for possível, a CPI do Mensalão vai investigar – salientou o líder do PDT na Câmara, Severiano Alves (BA).

O líder do PV, deputado Marcelo Ortiz (SP), enfatizou que a instalação de uma CPI paralela à dos Correios é importante para não se deixar de apurar fatos de corrupção no país. Segundo Ortiz, as denúncias de corrupção maculam a imagem de todos os parlamentares e das duas Casas do Congresso.

– Temos que tirar esse peso das costas dos parlamentares não corruptos. Quem deve vai responder pelo que deve – acrescentou ele.

Até às 17h30, informou Severiano Alves, já haviam sido colhidas 83 assinaturas de deputados e 11 de senadores.



MOTIVAÇÃO Maguito considera prejudicial ao país postura de alguns setores opositoristas

Maguito Vilela repele ação de "oportunistas"

Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu, em Plenário, a seriedade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva citando afirmação do chefe do governo no sentido de que não vacilará um segundo "na defesa do interesse da coisa pública".

O senador disse ser preciso diferenciar os setores da oposição que, de fato, querem ver as denúncias apuradas daqueles que agem com "oportunisto odioso" e com "fúria desenfreada" para construir um plano eleitoral, antecipando as eleições de 2006.

Maguito considerou antiética e prejudicial ao Brasil a postura de alguns setores da oposição. "Houve até quem falasse em *impeachment*. Defender a apuração de graves denúncias é uma coisa, mas envolver o presidente da República, que ao longo de sua história construiu um sonho de um Brasil mais justo, é oportunismo odioso", lamentou o parlamentar.

Ele reafirmou que é necessário apurar todas as denúncias de corrupção nos Correios e de pagamento de mesada a deputados do PL e do PP pelo Partido dos Trabalhadores.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



INDICAÇÕES Sérgio Zambiasi sugere que seu partido entregue cargos ao governo federal

PTB no Senado deixa bloco de apoio ao governo

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou, ontem, requerimento à Mesa comunicando o desligamento do PTB do bloco de apoio ao governo no Senado. O parlamentar gaúcho disse que seu partido continuará a votar favoravelmente os projetos de interesse do Executivo, com o único intuito de garantir a governabilidade.

Zambiasi sugeriu que o PTB coloque à disposição do presidente Lula todos os cargos de indicação partidária, incluindo o de líder do governo no Congresso, ocupado por Fernando Bezerra (RN).



RESSALVA Objetivo de Heloísa é facilitar qualquer apuração pelo Ministério Público da União

Heloísa pede quebra de sigilo aos senadores

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) comunicou ao Plenário que está colhendo assinaturas de senadores dispostos a abrir seus sigilos fiscal, telefônico e bancário para “facilitar toda e qualquer investigação” que venha a ser realizada pela Procuradoria Geral da República. O documento será enviado ao procurador Cláudio Fonteles.

Até a tarde de ontem, 19 dos 81 senadores já haviam assinado o documento. Heloísa Helena fez questão de ressaltar que ninguém se encontra sob qualquer suspeição.

Renan apóia proposta para pequenas empresas

■ Presidente do Senado recebeu anteprojeto elaborado após dois anos de consultas a 7 mil empresários

Diante de centenas de pequenos empresários e comerciantes que lotavam o Salão Negro do Congresso Nacional e gritavam “aprova, aprova”, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu do presidente nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, o anteprojeto de Lei Geral das Micro e Pequenas

Empresas, elaborado após dois anos de consultas a 7 mil empresários.

Renan disse que as investigações sobre denúncias de corrupção que mobilizam o Congresso não impedirão que o Executivo e o Legislativo priorizem uma agenda positiva.

– Nós vamos demonstrar que é possível sim compatibilizar a investigação, dar os esclarecimentos e as respostas que a sociedade exige de nós, e tocar uma agenda de interesse da micro e pequena empresa do Brasil – afirmou.

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, também manifestou seu apoio ao ante-

projeto, lembrando a luta que travou há dez anos para aprovar o Estatuto da Microempresa. Ele disse que agora será mais fácil, pois conta com Renan como um “aliado muito forte” para a aprovação da proposta.

– Enfrentamos os maiores obstáculos, mas naquela época nós não tínhamos o presidente do Senado ao nosso lado. Agora ele vai abraçar essa causa. Nós vamos fazer o que fizemos com a [medida provisória] 232, que aumentava impostos. Só que essa aqui vai ser para aprovar e a outra foi para derrotar. Essa é diferente, porque representa as aspirações do povo sério do Brasil – assinalou Severino.



VANTAGEM Lei geral simplificará criação de micro e pequenas empresas, assegura Paulo Octávio

Paulo Octávio quer agilidade na aprovação da lei

Ao registrar a manifestação de micro e pequenos empresários, ocorrida ontem, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) pediu aos parlamentares celeridade na aprovação de lei geral para o setor.

Segundo o senador, se aprovada, a lei vai trazer importantes alterações em relação à atual lei do Simples, de 1996. Uma delas, de acordo com Paulo Octávio, diz respeito aos tetos para o enquadramento fiscal das empresas no Simples. O limite para enquadramento, continuou, hoje de R\$ 120 mil para microempresas que aderem ao Simples federal, subirá para R\$ 480 mil. No caso das empresas de pequeno porte, disse o senador, o limite aumentará de R\$ 1,2 milhão para R\$ 3,6 milhões.

Entre vários outros benefícios que, segundo Paulo Octávio, a lei trará, ele destacou a simplificação para a criação de novas empresas.

Para Crivella, violência no Rio será reduzida com empregos

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) contestou da tribuna a conclusão do simpósio “O Grito do Rio”, promovido pela Federação das Indústrias do estado (Firjan), no qual especialistas em segurança recomendaram mais equipamentos e aumento do número de policiais, ampliação da carceragem, gestão de informações e combate à pirataria.

– Esse não é o grito do Rio. É o grito dos ricos. O grito do Rio é por mais empregos – defendeu. Para ele, com mais empregos, a violência da cidade tenderá a se reduzir. Quem pede mais cadeia, mais polícia e combate a quem “tenta viver” vendendo produtos pirateados é a classe abastada da cidade – opinou.



DESIGUALDADE Quem pede mais polícia e mais cadeia é a classe abastada da cidade, diz Crivella

Crivella lamentou que o número de desempregados no Rio tenha chegado a 1,5 milhão de pessoas. O resultado, disse, é o que se viu, mais uma vez, na madrugada de terça-feira, com tiroteio entre traficantes e policiais em Ipanema.

Pavan propõe apoio a pescadores

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu projeto de sua autoria prevendo que o pagamento do seguro-desemprego a pescadores seja feito 15 dias antes do início do período de defeso – durante o qual a pesca é proibida para que se garanta a procriação das espécies. Ao justificar a proposta (PLS 199/05), o senador afirmou que “há demora no pagamento desses benefícios, o que compromete o sustento das famílias que vivem da pesca”.

– Durante o período de defeso, muitos pescadores são obrigados a recorrer a empréstimos, já que, não raras vezes, o benefício é pago depois de transcorrido o período – ressaltou.

Flexa Ribeiro quer agenda positiva

Adoção de uma agenda positiva e a retomada das votações, pelo Congresso, para ajudar o país a crescer, gerar empregos e melhorar a distribuição de renda foram defendidas pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O parlamentar pelo Pará lamentou recente pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) prevendo redução da taxa de crescimento do Brasil para este ano de 3,5% para 2,8%.

Ao final do pronunciamento, o senador elogiou recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reconheceu a competência da Justiça do Pará para julgar o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang.

Cristovam entrará com representação

Cristovam Buarque (PT-DF) informou ao Plenário que entrará com representação contra Demostenes Torres (PFL-GO) na Corregedoria Parlamentar do Senado. Cristovam acusa o senador por Goiás de tê-lo chamando de “moleque” e afirmado que ele, como presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades da Inteligência (CCAI), está manipulando investigação sobre possíveis contribuições das Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) a campanhas do PT em 2002.

Demostenes, também em discurso, reconheceu que tratara o colega com descortesia, mas afirmou que Cristovam tem, de fato, lançado mão de recursos condenáveis para manobrar trabalhos da comissão.

Romeu Tuma (PFL-SP), que é corregedor do Senado, disse que vai ouvir as fitas e lerá todas as notas taquigráficas das reuniões da comissão.

Cristovam afirmou ter permitido que Demostenes até tenha indicado nome de pessoas para serem ouvidas em audiências, embora não seja membro nem suplente do colegiado. “Se me comporte de maneira equivocada, quero que me seja aplicada a punição mais rigorosa. Caso contrário, exijo retratação completa.”

Demostenes disse que não teme enfrentar o Conselho de Ética, se isso for necessário.

Manifestação da bancada feminina suspende sessão

Parlamentares da bancada feminina no Congresso interromperam, ontem, a sessão do Senado ao entrar no Plenário carregando duas faixas exigindo que o Parlamento garanta o respeito às mulheres. A manifestação foi um ato contra agressões verbais que o deputado Alberto Fraga (sem partido-DF) teria dirigido à deputada Luci Choinacki (PT-SC), durante reunião da CPI da Terra, no último dia 2.

Elas ingressaram no Plenário quando os senadores discutiam o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 235/05. Imediatamente, o presidente do Senado, Renan Calheiros, suspendeu a sessão deliberativa, alegando que a manifestação não estava de acordo com o Regimento da Casa.



ENSINO Plenário do Senado discute projeto de lei de conversão que cria vagas em entidades privadas para alunos carentes

Senado aprova normas para adesão ao ProUni

O Senado Federal aprovou ontem o projeto de lei de conversão que disciplina a adesão das instituições de ensino superior ao Programa Universidade Para Todos (ProUni). A iniciativa concede benefícios fiscais a entidades de ensino superior privadas em troca da abertura de vagas para alunos carentes.

O projeto (PLV 8/05) estabelece que a adesão ao ProUni se dará por meio da entidade mantenedora da instituição de ensino, por um prazo determinado, devendo a mantenedora comprovar, ao final de cada ano-calendário, a quitação de tributos e contribuições.

O relator da matéria, Hélio Costa (PMDB-MG), disse que o PLV estendeu os benefícios do ProUni a estudantes que cursaram o ensino médio com bolsas integrais ou parciais. O texto original da medida provisória beneficiava apenas os estudan-

tes de escolas públicas.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), destacou que o ProUni cria 400 mil vagas de ensino gratuito para alunos provenientes de famílias com renda de até três salários mínimos. O custo de cada vaga, segundo ele, é de R\$ 50.

– É um projeto de amplo alcance social. O êxito do programa foi de tal ordem que deveríamos pensar em uma forma de ampliar essa política. Estamos dando à população carente, que quer estudar, um passaporte para o futuro – disse.

A aprovação do projeto, no entanto, não foi unânime. O senador José Jorge (PFL-PE) disse que "esse programa quebra um *slogan* que foi lançado pelo próprio PT, que defende a verba pública para o ensino público. As universidades públicas brasileiras não dispõem de recursos para funcionar normalmente".

Aprovado novo prazo para adaptação ao Código Civil

O Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão (PLV 12/05) que prorroga até 11 de janeiro de 2007 o prazo para que associações, sociedades, fundações e empresários se adaptem ao novo Código Civil.

– Uma pesquisa do Sebrae indica que cerca de 80% dessas entidades ainda não se enquadraram nas regras do novo código. É por isso que existe uma necessidade imperiosa de ampliar o prazo. Isso lhes permitirá, por exemplo, que continuem assinando convênios e recebendo recursos dos governos federal, estadual e municipal – afirmou o relator da matéria, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) ressaltou que o projeto "é muito importante para as micro e pequenas empresas, que são responsáveis pela maior parte da geração de empregos no país". Já Luiz Otávio citou como outros exemplos de entidades beneficiadas as pequenas associações, os centros comunitários e clubes de futebol.

O projeto de lei de conversão – que recebe esse nome porque alterou uma medida provisória (no caso, a MP 234/05) – promove mudanças na Lei 10.406/02, que instituiu o Código Civil, e na Lei 11.101/05. O projeto já havia sido aprovado na Câmara e agora será submetido à sanção presidencial.

Comissão tem 60 dias para definir plebiscito

■ CCJ cria colegiado especial para examinar projeto de Gerson Camata que propõe consulta popular

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu criar uma comissão para discutir proposta de consenso ao projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que determina a realização de consulta popular sobre temas que estão, segundo o senador, há até 20 anos aguardando deliberação do Congresso. A comissão terá 60 dias para apresentar uma proposta alternativa à de Camata. Do contrário, será votado o substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que determina a realização de plebiscito dois anos após a matéria ser aprovada no Congresso. O senador propõe quatro temas: financiamento público de cam-



ALTERNATIVAS Jefferson Péres (E) e Gerson Camata durante a discussão das propostas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

panha, reeleição dos chefes de Executivo, fim do voto obrigatório e recriação do estado da Guanabara.

A proposta original (PDL 1.494/04) de Camata prevê consulta sobre mais quatro temas: legalização do aborto, união civil entre pessoas do mesmo gênero, fim do serviço militar obrigatório e redução da maioria penal. Camata concordou em retirar os temas que provocam "polêmicas religiosas": aborto e união civil

entre pessoas do mesmo gênero. O projeto de Gerson Camata determina que a votação poderá acontecer junto com o plebiscito sobre desarmamento, que deverá ser realizado em outubro deste ano.

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou voto em separado, na forma de substitutivo, incluindo no plebiscito a recriação do estado da Guanabara, a união civil entre pessoas do mesmo gênero e o fim do serviço militar obrigatório.

Ação civil pública pode ter mais proponentes

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do Senado, de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que permite a inclusão, no rol dos legitimados para propor ação civil pública, de outros entes jurídicos além dos que são autorizados pela legislação vigente. A comissão aprovou o parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que acatou emenda do senador Demostenes Torres (PFL-GO).

O texto aprovado (PLS 131/03) permite que o presidente da República, as Mesas do Senado, da Câmara, das assembleias legislativas e da Câmara Distrital do Distrito Federal e municipais, governadores de estado e do DF e prefeitos, além da Defensoria Pública e do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com suas seccionais, também proponham ação civil pública.

Esse tipo de ação é proposta quando ocorrem danos ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valores artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Atualmente, de acordo com a

Lei 7.347/85, que disciplina a matéria, têm legitimidade para propor ação civil somente o Ministério Público, a União, os estados e municípios, as autarquias, as empresas públicas, as fundações e as sociedades de economia mista. A legislação também confere legitimidade às associações, desde que constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre suas finalidades a proteção ao meio ambiente, ao consumidor e aos patrimônios artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

O projeto é terminativo e somente será apreciado em Plenário caso haja recurso. Do contrário, segue direto para a Câmara dos Deputados.



DISCUSSÃO Sérgio Cabral defende projeto que amplia direito de defesa do meio ambiente e do consumidor



COMPORTAMENTO Valadares destaca que entidades participaram de audiência e elogiaram projeto

Valadares protesta contra OAB e CNBB

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) protestou ontem contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por reclamarem, em nota publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, do projeto de lei (PLS 76/03) de sua autoria que trata da representação contra as infrações eleitorais. Segundo o parlamentar, as entidades participaram de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para debater a proposta, e na ocasião não apresentaram nenhum descontentamento; ao contrário, chegaram a elogiar a iniciativa.

Polêmica sobre áreas de conservação no Sul

■ Durante audiência, representantes dos produtores rurais dizem que serão prejudicados com as novas unidades

Governo federal e representantes de produtores rurais do Paraná e de Santa Catarina divergiram, durante audiência pública conjunta realizada ontem por duas comissões permanentes do Senado, sobre a criação de sete unidades de conservação nos dois estados. A audiência, proposta por Osmar Dias (PDT-PR) e Flávio Arns (PT-SC), reuniu as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fisca-

lização e Controle (CMA).

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, afirmou que os proprietários não sofrerão processo de desapropriação caso parte da área seja transformada em reserva particular do patrimônio natural. Ele também admitiu que o governo "está aberto" para rever os limites do zoneamento ambiental.

Representando o Ibama, Ivan Batiston lembrou que restam apenas 0,8% das florestas de araucárias, razão para a criação das unidades de conservação.

Para o vice-presidente da Federação de Agricultura de Santa Catarina, Enori Barbieri, e o assessor da Federação de Agricultura do Paraná (Faep),

Carlos Albuquerque, o processo tem sido autoritário. Álvaro Luiz Scheffer, presidente da Federação das Indústrias do Paraná, tem a mesma opinião.

O Secretário de Estado do Governo de Santa Catarina, Valdir Colato, também ouvido na reunião, solicitou mais tempo para a conclusão do zoneamento ecológico em seu estado.

Para Osmar Dias, Leonel Pavan (PSDB-SC) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o governo não tem ouvido as famílias. Ideli Salvatti (PT-SC) observou que a preservação ambiental é uma unanimidade, "desde que seja feita no quintal dos outros".

Flávio Arns defendeu a realização de debates com os produtores atingidos pela criação de unidades de conservação.



PADRÃO Sérgio Cabral e Hélio Costa, entre representantes do setor, na audiência em que foi anunciada para fevereiro decisão sobre modelo a ser adotado no país

Hélio Costa: "Nosso encontro com a TV digital já tem data"

A decisão do governo sobre qual será o padrão de TV digital no Brasil deve sair no próximo ano. O anúncio foi feito ontem, em audiência da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, pelo secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Paulo Lustosa.

A TV digital promete ser uma revolução, ao adicionar mais qualidade de imagem, som e interatividade à televisão. Mas falta consenso sobre qual o melhor modelo: o norte-americano, o europeu ou o japonês. O Brasil pode adotar um desses ou desenvolver outro próprio.

A vantagem de desenvolver um sistema é não pagar *royalties*, ou taxa de uso, e incentivar a indústria brasileira, que vive um momento ruim, de acordo com o diretor da área de componentes

eletrônicos da Associação da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Fernando Guerra.

Mas o país corre o risco de ficar isolado, alertou o consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Ricardo Bittencourt. Já o diretor da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, Ricardo Benetton, discorda.

Para o senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente da Comissão de Educação (CE), à qual a subcomissão é vinculada, foi importante saber que o relatório final sobre a questão será entregue em fevereiro ao presidente da República, responsável por decidir qual modelo o Brasil irá adotar.

– Nosso encontro com a TV digital já tem data – ressaltou.

Mão Santa condena excesso de impostos

O senador Mão Santa (PMDB-PI) – foto – criticou ontem o governo federal pela alta carga tributária do país. Ele afirmou que o brasileiro tem de trabalhar cinco meses por ano somente para pagar impostos.

Mão Santa citou matéria veiculada no programa de Ana Maria Braga, da Rede Globo de Televisão, na qual um tributarista avaliou que um cidadão da classe média trabalha 252 dias para pagar tributos.

– Eu tinha levado em conta apenas a carga tributária. Na verdade, é preciso considerar também que o trabalhador tem de arcar com segurança privada, educação e saúde, que era papel do Estado fornecer – concluiu o parlamentar pelo Piauí.

Ana Júlia faz críticas ao governo do Pará



Em discurso ontem, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) – foto – criticou o governo do PSDB no Pará que, segundo afirmou, em 12 anos não conseguiu alavancar o crescimento econômico do estado, cujo desenvolvimento continua restrito à exploração mineral. A senadora demonstrou indignação diante dos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o produto interno bruto (PIB) dos municípios do Pará. Como membro da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e da Subcomissão de Assuntos Municipais, ela manifestou preocupação com a situação, lembrando que o Pará já ocupou posição de destaque no cenário nacional.



GARANTIA Secretário do MMA, Capobianco (E) assegura que área transformada em reserva não será desapropriada

Sibá comemora financiamento para o Acre

O senador Sibá Machado (PT-AC) informou ontem, em Plenário, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou R\$ 136 milhões para o estado do Acre. O dinheiro, destacou, irá viabilizar a implementação da segunda fase do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do estado. O investimento é, de acordo com Sibá, o maior projeto social do banco para um estado do Norte.

O Acre já recebeu, para a primeira fase do programa, R\$ 50 milhões. O financiamento será pago em dez anos, com juros de 3,25% ao ano, e uma contrapartida do governo do estado de R\$ 33 milhões.

Uma das metas do projeto, conforme observou Sibá, é o fortalecimento do turismo



INVESTIMENTO Segundo Sibá, o BNDES liberou R\$ 136 milhões para ações de desenvolvimento no estado

e a consolidação do eixo Rio Branco-Peru-Bolívia, que contará com R\$ 3,68 milhões para implantar o Museu Memorial do Cruzeiro do Sul e o Museu Memorial Chico Mendes, em Xapuri. Ele acrescentou que R\$ 70,88 milhões serão destinados para investimentos em

infra-estrutura urbana, visando melhorar o sistema de transportes e recuperar o Mercado Municipal da capital.

Para investir em infra-estrutura econômica e de integração, afirmou, o programa contará com R\$ 78,05 milhões, que servirão para recuperar estradas e construir silos graneleiros e portos. A última meta, de acordo com o senador, será o desenvolvimento social, que disporá de R\$ 17,1 milhões para estimular atividades esportivas e criar bibliotecas especializadas em florestas tropicais.

Sibá registrou ainda a manifestação dos micros e pequenos empresários que está ocorrendo em Brasília e pediu aos senadores celeridade da tramitação do projeto de Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Edison Lobão e Romeu Tuma